

# ÉTICA CLIMÁTICA E CATEGORIAS ANALÍTICAS: POTENCIAL TEÓRICO-NORMATIVO PARA FORMULADORES DE POLÍTICAS

*Climate ethics and analytical categories: theoretical-normative potential for policy makers*

*Ética climática y categorías analíticas: potencial teórico-normativo para políticas socioambientales*



**Frederico SALMI** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.  
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7043-2816>  
URL: <http://lattes.cnpq.br/5591534129537526>  
EMAIL: [salmi.frederico@gmail.com](mailto:salmi.frederico@gmail.com)

## RESUMO

A ética climática é uma emergente força que entrou na arena das formulações de políticas de adaptação e mitigação do aquecimento global. Pesquisas recentes revelam que os atuais instrumentos climáticos são pautados majoritariamente por soluções tecnológicas ou econômicas, e desconsideram ou invisibilizam princípios éticos biogeocêntricos. Este artigo busca apresentar a emergente ética climática e a potência normativa das suas categorias analíticas para formulação de políticas climáticas. O caminho metodológico adotado foi por meio de uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica sistemática, pesquisa documental e análise de conteúdo. Na primeira parte do artigo é apresentada a ruptura ontológica entre o social e o natural na perspectiva socioclimática. Também é apresentado como os princípios éticos antropocêntricos estão associados à devastação da Natureza, assim como são mobilizados por estratégias de negacionismo e tecno salvacionismo na formulação de políticas climáticas. Na segunda parte, debato a moralidade dos elementos normativos da ética na perspectiva climática. Na terceira parte é apresentado o conjunto das categorias analíticas da emergente ética climática. As considerações finais remetem à potencialidade da expansão teórica do campo da ética climática, da ampliação normativa das categorias e da aplicação nos processos de formulação de políticas climáticas.

**Palavras-chave:** Ética Climática; Justiça Socioambiental; Antropoceno; Políticas Climáticas.

Histórico do artigo

Recebido: 18 fevereiro, 2021

Aceito: 26 abril, 2021

Publicado: 30 abril, 2021

## ABSTRACT

Climate ethics is one emerging force that has entered in the climate policy making arena. Different actors are proposing several policies for adapting and mitigating global warming. Recent research reveals that the current climate instruments are based mainly on technological and economic solutions, and more, they disregard or make invisible biogeocentric ethical principles. This article seeks to present the emerging of climate ethics within the latent theoretical field and its normative power.

The methodological path adopted was through a qualitative approach, with systematic bibliographic review, documentary research and content analysis. In the first part of the article, the ontological rupture between the social and the natural is presented in the socio-climatic perspective. It also demonstrates how anthropocentric ethical principles are associated with the devastation of Nature, as well as they are being mobilized by strategies like negationism and techno-salvationism in climate policies. In the second part, I discuss the morality of the normative elements of this emerging ethics. In the third part, a synthesis of the analytical categories of the emerging climate ethics is presented. I conclude by presenting the real potential for both theoretical expansion of the field of climate ethics and normative categories for use in the processes of formulating climate policies.

**Keywords:** Climate Ethics; Socio-Environmental Justice; Anthropocene; Climate Policy.

## RESUMEN

La ética climática es una de las fuerzas que han entrado en la arena de la formulación de políticas para adaptar y mitigar el calentamiento global. Investigaciones recientes revelan que los instrumentos climáticos actuales se basan principalmente en soluciones tecnológicas y económicas, ya que desconocen o invisibilizan los principios éticos biogeocéntricos. Este artículo busca presentar el surgimiento de la ética climática dentro del campo teórico latente y su poder normativo. El camino metodológico adoptado fue a través de un enfoque cualitativo, con revisión bibliográfica sistemática, investigación documental y análisis de contenido. En la primera parte del artículo se presenta la ruptura ontológica entre lo social y lo natural en la perspectiva socioclimática. También demuestra cómo los principios éticos antropocéntricos se asocian con la devastación de la Naturaleza, además de ser movilizados por estrategias de negacionismo y tecno-salvacionismo en la formulación de políticas climáticas. En la segunda parte, discuto la moralidad de los elementos normativos de esta ética emergente. En la tercera parte, se presenta una síntesis de las categorías analíticas de la ética climática emergente. Concluyo presentando el potencial real para la expansión teórica del campo de la ética climática y las categorías normativas para su uso en los procesos de formulación de políticas climáticas.

**Palabras-clave:** Ética climática; Justicia Socioambiental; Antropoceno; Política climática.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta direção para salvar o planeta →  
(REBELLION, 2019, p.5, grafite de protesto feito por ativistas climáticos)

A humanidade vive uma era de aumentos. Aumento da temperatura do planeta Terra, de eventos catastróficos, de pandemias, da população mundial, do número de pessoas que passam fome e em situação de subnutrição, das iniquidades sociais e ambientais, entre outros. Para uma parcela da humanidade é preciso frear tais aumentos.

No contexto climático contemporâneo, uma pluralidade de agentes começa a emergir na arena política, como grupos da sociedade civil organizada que possuem princípios éticos diferentes dos antropocêntricos, denominados biogeocêntricos, e demandam políticas alternativas.

As transições do status quo podem ou devem ser construídas na arena política, sendo pautadas por princípios éticos. Todavia, tais princípios são pouco revelados na formulação de políticas, entre elas, as climáticas. Além da complexidade destes processos, as políticas climáticas têm dois objetivos desafiadores: reduzir simultaneamente o aquecimento global e as iniquidades socioambientais.

A formulação de políticas climáticas é uma temática emergente em alguns campos da ciência. As ciências sociais contribuem ao trazer discussões como justiça socioambiental, democracia energética e ética climática. A sociologia moral e a ecologia política são exemplos de campos que estudam, em outros objetos, a relação entre cosmovisão, princípios éticos e o fazer político. Neste artigo a ênfase está na compreensão da ética e suas categorias à luz das políticas climáticas.

### 1.1 Antropoceno e políticas climáticas

Desde o início da industrialização “o planeta Terra foi aquecido em aproximadamente 1 °C em relação aos níveis da era pré-industrial” (IPCC, 2018, p.4). Nos últimos 100 anos a população mundial passou de 2 para 7,8 bilhões de pessoas, e se o ritmo de crescimento for mantido inalterado, a humanidade contará com 15 bilhões de pessoas em 2100 (UN, 2019). Fome e subnutrição atingem mais de 1 bilhão de pessoas atualmente e as pandemias aumentam as iniquidades sociais, ambientais e econômicas destas populações mais vulneráveis (FAO et al., 2020).

O fenômeno natural (aquecimento global) tem sua origem no social (modo de produção e de vida da humanidade). Apesar do consenso científico de que foi o ser humano o agente causador de tal fenômeno (IPCC, 2018), a humanidade continua a avançar em direção ao horizonte apocalíptico do aquecimento global que levará à aniquilação da espécie humana e tantas outras espécies. Algumas já extintas nos últimos 100 anos da face da Terra devido ao ainda crescente aquecimento global.

Esta é a era antropoceno<sup>2</sup>. Uma era que demanda soluções. E formular soluções eficazes de enfrentamento para evitar o aumento das emissões de gases de efeito estufa

---

<sup>1</sup> A era pré-industrial é normalmente definida como o ponto de ruptura entre a era agrícola e industrial. Este período de tempo é marcado pela invenção da máquina a vapor, nos idos de 1750.

<sup>2</sup> O termo antropoceno foi cravado pelo Nobel Paul Crutzen em 2000, apesar do seu uso de modo informal uma década antes, por ele mesmo. Já o termo ética climática se consolidou na virada de 2010, tendo termos similares em uso, como ética global, ética do aquecimento global, ética planetária, entre outros (GARDINER, 2017).

(GEE) é um imperativo contemporâneo que perpassa o dever ético-político. Nesta perspectiva, a questão climática é fundamentalmente uma questão ética (GARDINER, 2017).

Todavia, polarizações partidárias radicais como a ascensão da extrema direita em vários Estados-nações, conflitos morais entre negacionistas e cientistas, aparições de pandemias, sindemias<sup>3</sup> e infodemias<sup>4</sup>, entre outros eventos, compõem o contexto ético político que se observa nas sociedades ao redor do planeta. Sim, a Terra não é plana.

Pautadas por uma lógica antropocêntrica, cisões históricas, como a separação sociedade-Natureza, observado na disputa entre o mundo urbano com suas megametrópoles versus o mundo ecológico com seus ecossistemas naturais, entre as ciências humanas versus as duras, ou mesmo entre ciência versus religião, tensionam o presente (HARAWAY, 2016; DI GIULIO et al., 2019; FLEURY; MIGUEL; TADDEI, 2019; LEZAMA, 2019; INTERNACIONAL CONVIVIALISTA, 2020). Cisões que aumentam o desafio do 'com-viver' de multiespécies em um espaço comum, a Terra.

A formulação de políticas de base biogeocêntrica para o enfrentamento do aquecimento global e das iniquidades socioambientais, com elementos normativos de uma ética climática, é uma das demandas da sociedade civil contemporânea. Organizações como Extinction Rebellion, Sunrise Movement e Engajamundo demandam soluções orientadas socioecologicamente para o enfrentamento da emergência climática (INVISÍVEL, 2018; REBELLION, 2019; THUNBERG, 2020; ENGAJAMUNDO, 2021). Algumas poucas vozes científicas citam o imperativo ético e a obrigação moral para frear o aquecimento global (TREMMELE; ROBINSON, 2014; GARDINER, 2017; OTTO et al., 2020; SETHI et al., 2020).

No contexto deste artigo, o fenômeno do aquecimento global é entendido como uma entidade não humana<sup>5</sup> de tentáculos<sup>6</sup> multiníveis que afeta as multiespécies nas múltiplas espacialidades de um planeta comum. Efeitos gerados de modo desigual, porém

---

<sup>3</sup> Termo proposto recentemente para ressaltar a interdependência das múltiplas crises planetárias, entre elas: fome, COVID-19 e aquecimento global (SWINBURN et al., 2019)

<sup>4</sup> Termo utilizado para denominar a pandemia de fake news no mundo digital e que consta no documento da Comissão Europeia (CE). A CE apresentou o instrumento de enfrentamento da crise climática denominado Next Generation EU (CE, 2020).

<sup>5</sup> Neste contexto uso o termo dos convivialistas para mostrar o agenciamento de forças não humanas, que podem ser outros seres vivos, construções humanas ou mesmo instituições e sistemas planejados. (COSTA, 2019; INTERNACIONAL CONVIVIALISTA, 2020)

<sup>6</sup> Utilizo o termo tentáculos como forma de apresentar as forças das entidades não humanas que operam em multiníveis e multiescalas em relação ao ser humano e a outras entidades humanas. (HARAWAY, 2016)

em escala<sup>7</sup> planetária. Movimentos recentes clamam por justiça climática e equidade socioclimática de maneira inter-relacionada. Um alerta oriundo da sociedade civil organizada foi feito para a liderança política internacional: “após 2 anos de greves pelo clima, ainda estamos em estado de negação da crise climática” (THUNBERG, 2020).

## 1.2 Metodologia

O percurso metodológico baseou-se na abordagem qualitativa por meio de uma revisão sistemática bibliográfica, pesquisa documental e análise de conteúdo (BARDIN, 2008).

A fase de coleta foi instrumentalizada por uma revisão sistemática bibliográfica por artigos com descritores: ética socioambiental, moralidades socioambientais, antropoceno e políticas climáticas. A base de dados foi o Google Scholar e o período de busca concentrou-se no período de julho de 2019 a dezembro de 2020<sup>8</sup>.

Para a fase de seleção dos artigos foram identificados os conceitos na perspectiva teórica da sociologia moral, filosofia política e ecologia política, tendo o clima como questão sociológica. O arcabouço teórico do convivialismo foi utilizado para mapear a ética e moralidades na perspectiva climática. Como organizadores complementares de conteúdos foram utilizados o NVIVO 12, Mendeley Desktop 1.19 e Foxit 10.

Para a fase analítica foi utilizada a análise de conteúdo com o objetivo de identificar as unidades elementares associadas à ética climática e moralidades socioecológicas, tais como justiça espacial, equidade social, democracia energética, territorialidade autônoma, distribuição de benefícios, transição ecológica e outros descritores similares presentes nas vertentes teóricas no contexto dos processos de formulações políticas climáticas.

Na primeira parte deste artigo<sup>9</sup> apresento a gênese da ruptura entre o social e o natural, e como a atual visão sociopolítica mantém e acirra tal separação por meio de estratégias como negacionismo climático (LACROIX; GIFFORD, 2018; ABDENUR; KUELE; AMORIM, 2019) e tecnossalvação econômica (LATOUCHE, 2009; FARAN; OLSSON,

<sup>7</sup> Os convivalistas (ADLOFF, 2019; COSTA, 2019; INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020) usam o termo entidades não humanos, o que podem relacionar ao termo hiperobjeto de Morton (2018) para associarmos e compreendermos melhor a questão de escala de uma entidade não humana.

<sup>8</sup> Inicialmente foram identificados 238 artigos, secundariamente foram selecionados 80 ao correlacionar os descritores primários, e posteriormente, após a análise de sensibilidade final com os descritores secundários (unidades elementares), foram selecionados os mais pertinentes para compor este trabalho.

<sup>9</sup> Este artigo é o resultado de uma das etapas do projeto de pesquisa sobre ética e políticas climáticas na perspectiva sociológica. Este projeto possui financiamento da CNPq e também integra a Componente 5 - Impactos socioeconômicos e políticos do Programa AmazonFACE.

2018; KOTHARI et al., 2019; PAYNE, 2020). Na segunda parte, analiso a ética e seus fundamentos como dimensão intrínseca no diálogo entre o social e o natural, e sua relação com a dimensão política. Na terceira parte, apresento o resultado do que pode ser entendido como um conjunto de categorias analíticas da emergente ética climática com potencial normativo para aplicação por formuladores políticos.

## 2 A CRISE ENTRE O SOCIAL E O NATURAL

### 2.1 Da cisão à busca pelo diálogo entre o social e o natural

Considerar o ser humano como uma força geológica na Terra é colocar em foco as ações humanas como fator influente e determinante dos efeitos nos ecossistemas em diversas escalas (MITMAN; ARMIERO; EMMETT, 2017). Alguns pensadores contemporâneos têm buscado incluir o natural nas relações do social como forma de expandir as rígidas fronteiras epistemológicas sociedade-Natureza (HARAWAY, 2016A; COSTA; BRAND, 2018; GUDYNAS, 2019). Desde os primórdios dos tempos industriais os princípios antropocêntricos têm influenciado o modo de vida humano, assim como têm coisificado a Natureza (FLORIT, 2019; INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020).

O diálogo entre o mundo natural e o social foi rompido em definitivo no início dos anos de 1900. Os fundadores de uma nova ciência, a sociologia, também tiveram suas contribuições deste divórcio. Marx, Weber e Durkheim materializaram, de certa forma, a cosmovisão da sociedade de suas épocas, retirando o natural da equação social (LEZAMA, 2019). Tal ruptura permanece nas discussões científicas contemporâneas.

A interdisciplinaridade é um caminho a ser trilhado na busca desta integração, porém o desafio é urgente frente a uma emergência - climática - que nos impele a tomar decisões com celeridade antes do ponto de não retorno<sup>10</sup>.

A origem de tal cisão foi analisada por Lezama (2019) e concluiu que tais pensadores do social realizam uma 'dupla exclusão, ontológica e epistemológica'. Como o autor explica, 'para Marx a natureza não é um fator explicativo da ordem social' e o demonstra que a exploração da força do trabalho é o coração do processo capitalista de produção, porém sem incluir o natural como fator determinante do social.

---

<sup>10</sup> Projeções de climatologistas demonstram que caso a temperatura média da Terra, em relação à era pré-industrial, ultrapasse 2° C, o ponto de não retorno será alcançado, ou seja, os efeitos sobre os ecossistemas se tornam irreversíveis, podendo levar à sexta extinção em massa do planeta. (CEBALLOS; EHRLICH; DIRZO, 2017; IPCC, 2018; OTTO et al., 2020)

Assim, de modo similar ‘para Weber a natureza carece de significado, reduzindo-a ao mundo da irracionalidade’, e, portanto, submetendo-a de modo instrumental e funcional ao modelo industrial como meio e não como fim em si. Ainda segundo Lezama (2019) para Durkheim que é o mais “contundente, claro, preciso e definitivo em relação a exclusão do natural em sua explicação da ordem social, e mais, a exclusão da natureza é condição necessária, explicitamente assinalada, para a constituição da sociologia” (p.223).

Porém, na mesma época destes fundadores da sociologia clássica, houve um filósofo-sociólogo, Georg Simmel, que tinha uma perspectiva “marcada por um olhar ‘ecológico’ do meio urbano emergente [início do século XX], o que acaba por demarcar uma interpretação das sociabilidades manifestas no cotidiano moderno e urbano, das interações, dos grupos e das emoções” (MOCELIN, 2017, p.79). O olhar ecológico de Simmel remete a perspectiva moral do agir normativo integrado à Natureza, ou seja, uma mediação entre a racionalização do crescimento econômico da época e os valores humanos que orientam suas ações em seus ambientes para uma boa vida sem aniquilação do outro. Todavia a cosmovisão antropocêntrica neoliberal consolidou-se.

Tal ruptura alcançou a modernidade, e passados mais de cem anos permanecem e têm repercussões<sup>11</sup> no mundo contemporâneo do novo milênio (INVISÍVEL, 2018). Estes efeitos podem ser vistos nos conflitos e desastres socioambientais de escalas planetárias.

Neste sentido, as ciências humanas aplicadas e as denominadas ciências duras têm encontrado dificuldade de deslocar ontologicamente o ser humano do centro do diálogo, seja ‘do social’ ou ‘do natural’ (HARAWAY, 2016) e ter uma visão mais integral e interdisciplinar necessária para abordar os atuais desafios contemporâneos como as mudanças climáticas (FLEURY; MIGUEL; TADDEI, 2019).

Desafios que situam-se nos planos reflexivos e normativos. Na arena política, o diálogo entre o social e o natural permanece um desafio, ainda mais quando o natural tem representações psíquicas do plano reflexivo e desdobramentos sociais na práxis vivida. Lacroix e Gifford (2018) identificaram nos seus grupos de indivíduos pesquisados alguns componentes psicossociais - quando se trata das suas relações com a crise climática -: negação, ignorância, tecnossalvação<sup>12</sup>, conflito entre aspirações imediatas e futuras,

<sup>11</sup> Giddens (1991) no final do último milênio traz esta crítica da ação nefasta do social sobre o natural na formulação de uma lista de perigos à Natureza (lixo atômico, poluição química, efeito estufa, destruição de florestas, entre outros) com um alerta: “A simples quantidade de riscos sérios ligados à ‘natureza socializada’ é bem assustadora” (p.114).

<sup>12</sup> Tecnossalvação é um termo utilizado por alguns campos, como ecologia política e economia ecológica, como uma crítica ao modelo desenvolvimentista que opera unicamente na lógica econômica e enquadra a tecnologia como a única solução viável para as crises planetárias. Também é uma crítica à ética

restrição de ação por influência interpessoal e impossibilidade de saída da crise.

Estes componentes quando percebidos como barreiras para a ação social alteram o nível de intervenção em seus meio-ambientes e por conseguinte seu efeito no natural. Assim estes grupos modelam e reforçam suas visões de mundo, retroalimentando suas decisões e ações sociais em relação ao natural.

A humanidade, em seu sentido amplo, ainda vive os efeitos desta ruptura entre o natural e o social, entre sociedade e Natureza. Um desafio que necessita de abordagens multifacetadas. E um olhar a partir da relação entre ética e política pode lançar luz à discussão.

## 2.2 Das visões ético-políticas sobre a cisão entre o social e o natural

A discussão sobre a ruptura do social e do natural passa por discussões ontoéticas<sup>13</sup> e políticas, como a construção de narrativas políticas a partir de uma ética convivialista, biogeocêntrica ou antropocêntrica (SALMI, 2020) ou a construção de políticas socioambientais e seus efeitos na práxis vivida (FLORIT, 2019).

No contexto do fenômeno do aquecimento global, quando se trata da dimensão política, há grupos negacionistas (LACROIX; GIFFORD, 2018; ABDENUR; KUELE; AMORIM, 2019) e outros intervencionistas (SETHI et al., 2020). Ambos atuam em várias escalas com ações que são orientadas por algum tipo de sistema normativo, regido por princípios - éticos - que geram efeitos tanto no social como no natural de modo interdependente (LACROIX; GIFFORD, 2018; OTTO et al., 2020).

Para aqueles que negam os dados e informações produzidas pela ciência nos últimos 50 anos<sup>14</sup> sobre o aquecimento global (LACROIX; GIFFORD, 2018), o sistema produtivista e a atual ordem social devem ser mantidos com base na lógica capitalista e na crença moral que o avanço tecnológico mantenha e melhore a atual ordem social (FARAN; OLSSON, 2018). Para os capitalista a utilização da negação como instrumento de orientação da ação humana em relação ao planeta está calcada no interesse de manter ou

---

antropocêntrica, a qual se baseia, nesta lógica, que a tecnologia humana é capaz de encaminhar soluções para quaisquer tipos de desafio, mesmo na questão climática. Mais em LATOUCHE, 2009; KOTHARI et al., 2019; PAYNE, 2020

<sup>13</sup> Este artigo não se propõe a discutir a questão climática a partir do prisma ontológico, apesar da sua relação com as dimensões éticas e políticas. Aqui, me limito à relação entre ética e política. O termo ontoética é utilizado neste contexto para sinalizar a relação entre as dimensões ontológicas e éticas.

<sup>14</sup> O Clube de Roma em 1972 produziu um dos documentos (Os Limites do Crescimento) que é considerado um dos principais pontos de referência político ecológico sobre a ação humana e sua interferência no planeta de modo determinante.

mesmo acelerar os atuais níveis de acúmulo de capital por meio do alto consumo, alta obsolescência e produção cada vez mais intensa para manter o modo de vida da humanidade LATOUCHE, 2009; FARMER, 2017; INVISÍVEL, 2018; REBELLION, 2019).

Para os tecnossalvacionistas, que compartilham a mesma lógica produtivista e desenvolvimentista, o atual modelo de alto consumo e alta obsolescência (FARMER, 2017) faz parte do processo de construção da solução tecnológica, mesmo que a humanidade continue a gerar cada vez mais resíduos sólidos, líquidos e gasosos, pois a salvação tecnológica está no horizonte deste tipo de moralidade.

Apresento sucintamente duas correntes sociológicas<sup>15</sup> em diálogo com a exploração dos elementos naturais do planeta, o convivialismo e o neoliberalismo. Este último em operação no mundo contemporâneo é considerado uma das forças motrizes da crise climática.

A corrente convivialista, a grosso modo, reconhece que o neoliberalismo é a cosmovisão dominante, e que esta é pautada por princípios antropocêntricos, como dominação do outro e exploração ilimitada da natureza, assim como estímulo ao individualismo e à liberdade irrestrita, fomentando uma competição de todos contra todos. Os pensadores dessa linha argumentam que uma humanidade que viva pautada por princípios biogeocêntricos, como cooperação solidária multiespécies e convívio em espaços comuns, sem massacre o outro, é possível de ter construído. (INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020).

Já a corrente neoliberal argumenta que a salvação virá pela evolução tecnológica e que é preciso continuar a extrair recursos naturais para subsidiar os investimentos em soluções tecnológicas, a denominada tecnossalvação (FARAN; OLSSON, 2018; KOTHARI et al., 2019; PAYNE, 2020). A ética antropocêntrica com sua lógica extrativista mantém o estímulo do uso energia de matriz fóssil (petróleo, carvão e gás) e fissil (nuclear).

Payne (2020) verificou que os Estados Unidos continuam a estimular o uso de combustíveis fósseis operacionalizados por lógicas políticas que ainda estão associadas aos objetivos econômicos da década passada, ou seja, crescimento econômico constante. Uma lógica neoliberal que é baseada na exploração ilimitada. A tecnossalvação como resposta política e perspectiva moral para enfrentar a crise climática é uma das estratégias do neoliberalismo. O enfrentamento de crises passa por várias dimensões, entre elas a

---

<sup>15</sup> Este artigo se limitou a abordar o neoliberalismo, pois é a cosmovisão dominante, e o convivialismo, que é uma corrente emergente, que busca ser uma alternativa ao comunismo, socialismo e anarquismo (INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020).

ética e a política.

O processo de colonização parte do princípio de dominação, opressão, exploração e devastação dos recursos apropriados à força (MARTINS, 2019). A economia global é vista pelos neoliberais como uma lógica a ser implementada de modo homogêneo em um mundo de sociedades heterogêneas. Um neoliberalismo que atua por princípios econômicos<sup>16</sup> e não por princípios socioambientais ou climáticos (CHOMSKY; POLLIN, 2020).

Em outro movimento do neoliberalismo, os negacionistas tensionam, pois, buscam outro tipo de intervenção, também com viés econômico, e por isso, questionam se há uma crise (LACROIX; GIFFORD, 2018). E mais, negam baseados em razões econômicas do crescimento ilimitado com base em uma moralidade econômica produtivista, seja para gerar mais capital e/ou para manter a dominação sobre o outro, inclusive dos recursos naturais (ABDENUR; KUELE; AMORIM, 2019).

Pode-se questionar se além da crise climática, há em curso uma crise ética planetária. Os negociantes podem negar os dados analisados e resultados produzidos ao longo das últimas décadas pela comunidade científica, porém as considerações morais, da atual ordem mundial e das bases decisórias dos formuladores econômicos e líderes políticos, podem ser discutidas à luz de uma ética climática.

Outras correntes de pensamentos buscam questionar a lógica neoliberal e trazem para a mesa, por exemplo, processos de decolonização ou construção epistêmica pós-colonial<sup>17</sup> nas terras do Sul Global (BLANCO-WELLS; GÜNTHER, 2019; MARTINS, 2019) como o bem viver dos povos andinos que é pautada pela harmonia entre humanos e a Natureza.

Propostas alternativas da sociedade civil, como do movimento climático Extinction Rebellion liderados por Greta Thunberg, também emergem como formas de superar o neoliberalismo e seu caráter autocrático-dominador. Uma reforma política, por exemplo, com adoção de um sistema de decisão direta, “um sistema onde haja autogovernança [...] conhecido por vários termos, como democracia direta, democracia das massas, municipalismo, anarquismo” (ROSS, 2019, p.180). A ideia básica é que os indivíduos ou

---

<sup>16</sup> Sobre a lógica neoliberal e sua relação entre política e a crise climática a partir das estratégias de grupos de interesses econômicos nos processos de formulação de políticas do tipo ‘new green deal’, que aludem serem pautadas por princípios biogeocêntricos, porém mascaram princípios antropocêntricos, ver CHOMSKY; POLLIN, 2020.

<sup>17</sup> P.H.Martins (2019) faz uma análise sobre o uso do termo pós-colonial ao assumi-lo como o termo mais próximo da epistemologia necessária para apresentar a construção de uma nova arena de conhecimento após o período de colonização, ou seja, após o período de dominação pelo outro.

grupos possam tomar suas próprias decisões locais que os afetam diretamente e de modo transparente dentro de um modelo de tomada de decisão compartilhada e direta (ACOSTA; BRAND, 2018; GUDYNAS, 2019), porém a “tensão entre o homem na natureza e o homem em sociedade” continuam na atualidade (MOCELIN, 2017, p.141).

Nas discussões acadêmicas e políticas sobre modelos e iniciativas políticas para frear o aquecimento global, a dimensão tecnológica e econômica está presente de forma avassaladora, tomando conta de quase a totalidade<sup>18</sup> das políticas climáticas (SHETI et al., 2020). Argumento que não se trata de intervir ou não, mas de como realizar tal intervenção. E a dimensão ética na perspectiva climática pode lançar luz em como realizar tais intervenções políticas.

### **3 A (I)MORALIDADE COMO ELEMENTO NORMATIVO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS DA ÉTICA CLIMÁTICA**

Há um corpo de conhecimento científico robusto que demonstra que a sociedade não é ahistórica nem aterritorial, e que, as atitudes dos indivíduos ou grupos não são apolíticas nem amorais. Os seres humanos são históricos, territoriais, políticos e morais. Assim uma abordagem interdisciplinar se faz necessária (HARAWAY, 2016; COSTA, 2019; INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020) para identificar e organizar as categorias analíticas da emergente ética climática. Nesta seção, o recorte se concentra na moralidade e sua relação com a ética climática. Como explico a seguir, com mais detalhes, a moralidade, neste contexto, é entendida como ação orientada no mundo a partir de um princípio ético. A ação orientada pode ser observada na práxis. E um conjunto de ações podem ser observadas de forma normatizada, por exemplo, em políticas climáticas. Desta forma, relembro, que toda política é pautada por princípios éticos.

#### **3.1 A ética em Aristóteles e Kant: bases para a ética do novo milênio**

Aqui apresento sucintamente a diferença entre ética e moral. Assumo a ética<sup>19</sup> (do

---

<sup>18</sup> Das 867 propostas para enfrentamento da crise climática pesquisadas por Sethi et al. (2020) foram selecionadas 41 propostas focadas na mitigação da emissão de gases de efeito estufa, e destas 93% continham uma orientação tecnológica e o restante (7%) com orientação social. Entre as soluções para o social, tem-se o aumento das áreas verdes urbanas (parques). Porém nenhuma referência aos fatores morais ou princípios éticos como elementos de intervenção política. (SETHI et al., 2020).

<sup>19</sup> A “Ética a Nicômaco” de Aristóteles é a obra que fundamenta as primeiras noções que foram registradas no mundo ocidental sobre ética, o que denota a atual cisão também do Ocidente/Oriente, assim como outras epistemologias como o Norte/Sul Global, e que pode ser explorado em trabalhos futuros.

grego éthè, morada) de Aristóteles (384-322 a.C.), o imperativo deontológico (do grego deonta, dever) de Kant (1724-1804), e os componentes morais<sup>20</sup> (do latim mores, costumes, modos) como pontos de partida<sup>21</sup> até chegar à ética climática e suas moralidades socioambientais.

Estes conceitos - a ética e a moral - são desdobrados a partir de um dever ser no mundo. O imperativo ético e suas moralidades possuem implicações nos 'modos de habitar o mundo' e efeitos no enfrentamento do aquecimento global.

A ética para Aristóteles é tanto relacionada ao dever ser filosófico (deontológico), como à vida cotidiana (práxis vivida), em uma relação reflexiva entre os meios (práxis) e os fins (dever ser), tendo a felicidade (eudemonia, boa vida) como um estado permanente a ser experimentado no cotidiano, como 'meio e fim' simultâneos, e não um destino utópico. Estas ações orientadas na práxis vivida são também denominadas de moralidades (RICOEUR, 1992 [1990]). Assim princípios éticos como justiça, moderação e generosidade são elementos que devem ser exercitados na práxis vivida (VANDENBERGHE, 2018), ou seja, realizar uma boa vida com e para o outro em instituições<sup>22</sup> justas, por meio de acordos justos e justificáveis (RICOEUR, 1992 [1990]; BOLTANSKI, 2006 [1991]).

Ao desdobrar a ética em componentes morais tem-se a realização pragmática do dever ser ao agir no mundo. Kant (2007 [1786]) elabora sua concepção de ética<sup>23</sup> a partir de um olhar normativo do agir no mundo com base em princípios éticos e deveres morais que podem ser universalizados para si e para o outro. O imperativo kantiano<sup>24</sup> possui um caráter normativo do dever ser no mundo, ao afirmar: "O imperativo categórico [...] age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal" (Id., p.59).

Baptista (2011) é categórica ao sintetizar como o dever ser é intrínseco ao ser humano e, portanto, definidor de suas ações sociais, ao argumentar que, "o ser humano é um ser reflexivo e normativo por excelência e, como tal, é um ser que avalia" (Id., p.7).

Por exemplo, ao avaliar riscos e recompensas na questão climática, o ser humano decide e age de acordo com algumas normas morais e este agir gera efeitos em várias dimensões da vida, individual e coletiva, a curto e longo prazo (FARAN; OLSSON, 2018).

Ao ampliar a noção ética aristotélica de boa vida centrada nos seres humanos, para

<sup>20</sup> Com raras exceções, fora do campo filosófico, os termos ética e moral são abordados como sinônimos.

<sup>21</sup> A abordagem teórica de Paul Ricoeur (1992 [1990]) é a escolha utilizada deste ponto de partida.

<sup>22</sup> O conceito instituições também é entendido como estruturas sociais (RICOEUR, 1992 [1990])

<sup>23</sup> A noção de ética de Kant é também conhecida como imperativo kantiano ou imperativo moral.

<sup>24</sup> 'Imperativo kantiano' e 'imperativo categórico' são sinônimos na temática filosófica.

a inclusão da Natureza, e ampliar a noção ética kantiana para a perspectiva ecológica tem-se o campo da ética socioambiental<sup>25</sup> (FLORIT, 2019) e ao ampliar este ao nível de uma comum humanidade e à escala planetária, tem-se o campo da ética climática (GARDINER, 2017; INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020).

Assim, o campo que emerge denominado ética climática compreende uma ética de caráter reflexivo-normativo que está além do imperativo econômico, sendo pautada por princípios biogeocêntricos, como equidade ecossocial, responsabilidade intergeracional e reciprocidade com a Natureza (LATOUCHE, 2009; TREMMEL; ROBINSON, 2014; LOPES, 2019; INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020; OTTO et al., 2020).

Em síntese, o que habita subjetivamente o ser humano possui uma relação reflexiva, estrutural e estruturante, com o modo de perceber e viver no mundo objetivamente. A superação da fronteira teórica-epistêmica sociedade-Natureza é uma das premissas da emergente ética climática.

### 3.2 A ética no novo milênio<sup>26</sup>: ética climática

Uma cosmovisão planetária gera princípios éticos biogeocêntricos. O dever ético contemporâneo (LOPES, 2019; INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020; SETHI et al., 2020) se desdobra em obrigações morais socioecológicas com a humanidade, a Natureza e a Terra (TORRES et al., 2020; OTTO et al., 2020). Estas moralidades levam às ações sociais orientadas no cotidiano com materializações locais e efeitos globais. Tais ações geram efeitos, de curto a longo prazo. Esta relação entre ontoética e ações políticas ajuda na compreensão do mundo, tanto na compreensão das forças mobilizadoras e geradoras das políticas climáticas, como no entendimento dos efeitos espaciais e temporais.

A antropoceno é tão somente um termo que revela esta relação em movimento. Uma cosmovisão antropocêntrica, que produz princípios éticos de dominação, induzem a um modelo de vida baseado na exploração ilimitada da Natureza (ACOSTA; BRAND, 2018). Atualmente com a extração e queima ilimitada de combustíveis fósseis (petróleo, gás e

---

<sup>25</sup> A ética socioambiental [...] é entendida como o campo de reflexão que faz uma interface entre a ética ambiental e os estudos sociais das iniquidades ambientais. No plano analítico, implica estudar as relações sociais que resultam na desconsideração moral da natureza e dos seres vivos não humanos, o que, no contexto contemporâneo, tendemos a chamar de coisificação ou objetificação. No plano normativo, implica conciliar a consideração moral desses seres vivos com a afirmação da justiça ambiental entre seres humanos. FLORIT, 2019, p.262

<sup>26</sup> O uso do termo 'novo milênio' já é um elemento demarcador de diferenças ontológicas. Todavia, o objetivo deste artigo não se propõe a discutir as diferentes cosmovisões religiosas e suas consequências éticas e morais na práxis social e na formulação das políticas.

carvão). As atuais políticas dos estados-nação permitem que a humanidade extraia até a última gota de petróleo cru, assim como permitem o desmatamento de florestas.

A ética climática está diretamente relacionada à não dominação do natural (Natureza) pelo social (humanidade). A ética climática em sua componente de integração heterogênea coloca na perspectiva socioclimática, não só o planeta Terra como todas as espécies, heterogêneas, em uma relação de equidade (TREMMELE; ROBINSON, 2014).

Uma das ênfases da ética climática é deslocar o centro das decisões políticas baseadas somente no imperativo econômico (TORRES et al., 2020). O imperativo moral de agir pelos mais vulneráveis e pelo clima deve entrar na arena política, com contribuições sociais como distribuição de riqueza, coesão social, saúde e paz, pois “trata-se de uma obrigação moral” (p.5) o enfrentamento do aquecimento global.

Há um termo recente que passou a ser incluído pela ciência: ‘sindemia’<sup>27</sup>. Entendida como uma sinergia de pandemias: mudança climática, obesidade e subnutrição. “A mudança climática pode ser considerada uma pandemia pois seus efeitos na saúde humana e nos sistemas naturais são interdependentes [...] e afeta as pessoas em todos os países e regiões do planeta.” (SWINBURN et al., 2019, p.791).

Uma relação que opere com base moral climática, requer uma relação de não dominação, de integração mútua sem aniquilação do outro, seja humano ou não humano. Quando 1/5 da população global é afetada pelo sistema econômico atual, a fome pode ser vista como imoral (SWINBURN et al., 2019), assim como, o uso de energia fóssil e o agravamento da crise climática (OTTO et al., 2020).

Quando fome, subnutrição, obesidade mórbida, desescolarização, desfinanciamento são fenômenos que ocorrem em escala planetária, colocar a crise climática e “o reconhecimento do caráter imoral das energias fósseis” (OTTO et al., 2020, p.2358) é dar uma perspectiva ética para fenômenos estruturais que são gerados pelo social e não pelo natural

A ética tem uma função que outras dimensões não a têm em seu raio de alcance: proporcionar considerações morais às decisões e criações humanas. Desta forma, a fome é imoral quando gera o sofrimento do outro e é causada por estruturas planejadas ou pela (in)ação orientada de governos. A fome global de aproximadamente 1 bilhão de pessoas é uma realidade e pode ser evitada, pois há recursos financeiros, tecnológicos e culturais

---

<sup>27</sup> Swinburn et al (2019) define ‘sindemia’ como a “sinergia de pandemias’ que co-ocorrem no espaço e tempo, interagem umas com as outras para produzir sequelas complexas, e compartilham forças motrizes societais comuns (common societal drivers).” (p.791)

para sua erradicação, porém faltam ações orientadoras, ou moralidades para direcionar recursos econômicos através de políticas orientadas socialmente (SWINBURN et al., 2019; DOWBOR, 2020).

Após mais de 10.000 anos a espécie humana ainda massacra e aniquila sua própria espécie, isso sem mencionar as espécies já extintas pela força das atividades humanas<sup>28</sup>. Corre-se o risco da humanidade enfrentar uma sexta extinção em massa (CEBALLOS; EHRLICH; DIRZO, 2017), porém desta vez, diferentemente das extinções anteriores, é a humanidade que está se movendo em direção ao abismo. A contínua expansão demográfica, megametrópoles, megafavelas, instalações temporárias-permanentes de refugiados e migrações transnacionais são outros fenômenos que também se fazem presentes no novo milênio (INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020).

Um exemplo recente da relação entre ética e clima é apresentado no documentário 'A Grande Muralha Verde' (THE GREAT GREEN WALL, 2019) ao mostrar a relação entre a crise climática como o avanço do processo de desertificação, redução drástica do acesso à água às comunidades locais, redução das áreas verdes e dos ecossistemas, e seus efeitos sobre as populações, humanas e não humanas, de vários países africanos da costa atlântica a costa do golfo pérsico. Migrações, fome, subnutrição, exploração da força de trabalho escravo, não são produzidos naturalmente. E a abordagem da ética climática pode lançar novas luzes na compreensão de tais fenômenos.

Por fim, onde há massacre ou aniquilação do outro, exploração ou devastação do natural, constata-se a fronteira ética climática, ou seja, o esfacelamento em convivência entre o social e o natural, sendo assim a violência em todas as suas vertentes é o componente predominante e tem-se a imoralidade climática (ADLOFF, 2019; INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020).

Na próxima seção, apresento o conjunto de categorias desta emergente ética climática, partindo da premissa que tais categorias são interdependentes. Trata-se ainda de um espaço epistêmico em construção frente à contemporaneidade da questão climática. Espaço que precisa ser construído de modo interdisciplinar. Há a necessidade de uma abordagem teórica-normativa que revele e critique o status quo. Esta é uma das propostas das categorias analíticas da ética climática.

---

<sup>28</sup> A organização IUCN (International Union for Conservation of Nature) elabora a 'Red List of Threatened Species' que monitora as espécies conhecidas pelo homem e seus estágios de vulnerabilidade, inclusive riscos de extinção. Mais em [www.iucnredlist.org](http://www.iucnredlist.org).

## 4 UM POTENCIAL CONJUNTO DE CATEGORIAS DA ÉTICA CLIMÁTICA

Com o objetivo de contribuir para a discussão da formulação de uma ética climática<sup>29</sup> (GARDINER, 2017; MARTINS, 2019; OTTO et al., 2020), assumo a ética climática a partir dos conceitos de boa vida da ética aristotélica, de dever ser no mundo do imperativo categórico kantiano, de estruturas justas da ética ricoeuriana e da religação<sup>30</sup> entre o social e o ecológico. Neste contexto, a ética climática é uma postura moral do e no presente para a realização da justiça social e ecológica a partir de intervenções políticas dentro do horizonte crítico de factibilidade e de bem-estar singular e coletivo, sem aniquilação do outro, ressaltando-se a dignidade da Natureza.

### 4.1 Consolidação das categorias analíticas da emergente ética climática

A ética climática pode ser considerada também um instrumento normativo. Tal normatividade se apresenta na construção e consolidação das categorias analíticas apresentadas a seguir (Quadro 01).

**Quadro 01** – Conjunto de categorias analíticas da ética climática

<b>Categoria analítica</b>	<b>Referência teórica</b>
Acesso ao conhecimento	LEMOS; KIRCHHOF; RAMPRASAD, 2012; DOWBOR, 2020.
Afetividade espaço-temporal	HARARI, 2018; KOEFOED; NEERGAARD; SIMONSEN, 2020.
Agenda política	TEIXEIRA; PESSOA; DI GIULIO, 2020; TORRES <i>et al.</i> , 2020.
Benefício intergeracional	TREMMELE; ROBINSON, 2014; GARDINER, 2017; LOPES, 2019
Convivialidade	ADLOFF, 2019; INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020.
Desfossilização tecnológica	LATOUICHE, 2009; FARMER, 2017.

<sup>29</sup> Ressalto que o termo ética biogeocêntrica e ética climática possuem entendimentos similares, e no contexto deste artigo podem ser entendidos como sinônimos.

<sup>30</sup> O termo religação é uma das possibilidades, pois pode-se propor desde a criação de pontes entre campos do saber à superação ontológica desta fronteira social-Natureza. Aqui é assumida a abordagem teórica de transição como proposto pela ecologia política.

Naturalidade planejada	INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020; UDOH <i>et al.</i> , 2020
Reciprocidade ecológica	GUDYNAS, 2019; INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020.
Recursos materiais	COSTA, 2019; TORRES <i>et al.</i> , 2020.
Localidade energética	ACOSTA; BRAND, 2018; GUDYNAS, 2020.
Pluralidade decisória	FORST, 2016; ROSS, 2018; COSTA, 2019; MARTINS, 2019.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020).

Este conjunto de categorias analíticas<sup>31</sup> associadas à ética climática pode auxiliar a revelar a ruptura entre o social e o natural, e consequentemente a criar pontes no contexto das formulações das políticas climáticas pautadas por princípios biogeocêntricos. O social aqui é entendido como uma cosmovisão integrada das humanidades<sup>32</sup> com outros saberes. O natural, ou seja, a Natureza é entendida como uma entidade digna de valor, merecedora de consideração moral, e, portanto, com agenciamento próprio. Para que haja uma transição justa é necessário que haja componentes morais fruto de uma ética biogeocêntrica em convivência, e transição, com a ética antropocêntrica (ATTERIDGE; STRAMBO, 2020; INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020).

A relação reflexiva entre moralidades - antropocêntrica e biogeocêntrica - é apresentada como moral ou imoral<sup>33</sup>. Neste caso a imoralidade é apresentada, quando em relação com a perspectiva antropocêntrica, o que demonstra a fricção e disputa entre éticas e moralidades na arena política. A seguir apresento as categorias analíticas resultantes da emergente ética climática.

i. Acesso ao conhecimento. Formas livres de acesso aos dados e informações científicas e tecnológicas sobre a crise climática, assim como acesso livre aos espaços verdes e azuis com biodiversidade, principalmente urbanos e periurbanos. Se não há

<sup>31</sup> As categorias de análise, no contexto da ética climática, são entendidas também como componentes morais, que quando agrupados, formam um conjunto de moralidades. Mais sobre o processo de construção, sinônimos de termos, mobilização teórica das categorias, e outras referências teóricas da ética climática: ver SALMI, 2021.

<sup>32</sup> Caillé e Vandenberghe (2015) e Vandenberghe (2018) argumentam pela formação de uma ciência integrada e sem barreiras, que inclui a perspectiva ética e suas componentes morais no tocante a discussão do social mais amplo, ao discutirem as ciências das humanidades, como antropologia, psicologia, filosofia e sociologia, entre outras, sem barreiras epistêmicas.

<sup>33</sup> No contexto deste trabalho, uma ação é considerada imoral, quando comparada com uma ação orientada por uma ética antropocêntrica. A ação é considerada moral, quando associada a uma ação orientada por uma ética, por exemplo, antropocêntrica, biogeocêntrica ou climática.

acesso, porque há bloqueio à dados, informações ou conhecimento, é portanto imoral. (LE MOS; KIRCHHOF; RAMPRASAD, 2012; DOWBOR, 2020)

ii. Afetividade espaço-temporal. Existência de espaços de amorosidade, cuidado com a emoção/sentimento do outro, generosidade, baseado no amor fati nietzschiano com atenção para eliminação da violência entre humanos e não humanos; e cuidado futuro com as ações do presente. Se não há afeto, porque há crueldade, e portanto é imoral. (HARARI, 2018; KOEFOED; NEERGAARD; SIMONSEN, 2020)

iii. Agenda política. Existência de agendas e planos estratégicos dos governantes sobre emergência climática e transição ecológica para o efetivo enfrentamento da crise climática, pois há controles geopolíticos em vários níveis. Se não há agenda, porque há 'negacionismo e/ou apropriação indevido e/ou devastação ilimitada e sem controle', e portanto é imoral. (TEIXEIRA; PESSOA; DI GIULIO, 2020; TORRES et al., 2020)

iv. Benefício intergeracional (ou intertemporal). Também denominada de responsabilidade (inter/trans)geracional. Existência de mecanismos de verificação de geração de resultados, como redistribuição de poder de decisão por comunidades locais, distribuição de bônus econômicos para comunidades mais vulneráveis, sendo tais (re)distribuições previstas para a geração atual e a próxima. Se o benefício não é projetado para ser alcançado nesta e na próxima geração, como continuidade dos resultados de transição, é imoral geracionalmente (TREMMELE; ROBINSON, 2014; GARDINER, 2017).

v. Convivialidade. Existência de processos de convivência humana e não humana (natureza) sem aniquilação mútua com generosidade no com-viver. Se não há convivência, porque há opressão e aniquilação, e portanto é imoral. (ADLOFF, 2019; INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020).

vi. Desfossilização tecnológica. Existência do uso cotidiano de tecnologias de baixa obsolescência e geração planejada de resíduos em sistemas circulares em escala local e planetária. [Se não há durabilidade, porque há 'recursos ilimitados', e portanto é imoral. (LATOUCHE, 2009; FARMER, 2017)

vii. Naturalidade planejada. Existência de planejamento socioespacial com elementos da categoria analítica da convivialidade. Se não há espaços de convivência entre humanos e não humanos, é imoral socioambientalmente. (INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020; UDOH; ESSIEN; ETTEH, 2020)

viii. Reciprocidade ecológica. Existência de relação 'retirar/restituir equitativamente' pois a Natureza é vista como uma entidade merecedora de consideração/condenação moral. Se não há reciprocidade, porque há desequilíbrio e devastação, e portanto é imoral.

(GUDYNAS, 2020; INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020)

ix. Disponibilidade de recursos materiais. Existência de recursos materiais, inclusive financeiro e tecnológico para transição climática local / regional. Se não há disponibilização de recursos, principalmente financeiro, porque há necropolítica, ecocídio e retenção de capital, é portanto imoral. (COSTA, 2019; TORRES et al, 2020).

x. Localidade energética. Também denominada de democracia energética. Existência de pontos de geração e armazenamento de energia dentro ou próximos dos territórios e comunidades. Trata-se de descentralização da geração e uso das energias para usufruto humano, sem impacto às outras espécies e seus habitats. Se há oligopólio e centrais energéticas, porque há centralização de poder, é portanto imoral. (ACOSTA; BRAND, 2018; GUDYNAS, 2020)

xi. Pluralidade decisória. Existência de processos de tomada de decisão direta, participativa e transparente, baseados no imperativo kantiano, e que se propõe a 'construção de mundos através das próprias mãos'. Trata-se do direito de 'co-determinar a estrutura'. Se não há participação e transparência, porque não houve diálogo, e sim invisibilização e dominação, é portanto imoral. (FORST, 2016; ROSS, 2018; COSTA, 2019; MARTINS, 2019).

Resgato aqui a consideração do singular filósofo sociólogo Georg Simmel sobre um tipo de socialidade, a prática de uma ética cósmica do viver o presente como fim em si mesmo (SIMMEL apud VANDENBERGHE, 2005). Aristóteles, Simmel e os atuais eticistas climáticos têm algo em comum: praticar o bem viver no presente como meio e fim em si, com e para o outro. Uma ética pós-antropocêntrica e pós-neoliberal (INTERNACIONAL CONVIVALISTA, 2020), uma ética pós-colonial necessária para o novo milênio. Uma ética cósmica que pode levar a humanidade a superar o aquecimento global e as iniquidades sociais.

Se a crise climática afeta a todos, porém de modo diferente e desigual, então a relação com os fatores geradores e efeitos, pode ser revelado por meio da dimensão ontológica e ética (GARDINER, 2017). As categorias teóricas propostas neste trabalho demonstram que a instrumentalização para uso pragmático tem um enorme potencial para formuladores de políticas públicas na questão climática e socioambiental. Assim, a ética climática pode ser considerada como instrumento de transformação da crise climática por meio da capacidade de 'intervenção humana dentro de um horizonte crítico real'<sup>34</sup>.

<sup>34</sup> Otto et al. 2020 conceitua como 'elementos de guinada social' para enfrentamento da crise climática oito elementos de intervenção, entre eles o 'sistema de valores e normas' e dentro das características normativas

Longe de ser conclusivo, o potencial teórico e pragmático do uso da lente da ética climática e das categorias aqui relacionadas é enorme, tanto como instrumento crítico para questionamento do status quo, como para construção de políticas climáticas alternativas e eficazes. Uma abordagem aqui demonstrada que reconhece a Natureza como uma entidade ativa, detentora de sua própria agência, e, portanto, digna de valor por si mesma. Reconhecimento necessário para a construção de novos mundos para o enfrentamento das crises deste novo milênio.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar o potencial teórico e normativo da emergente ética climática. Teórico, ao enquadrar a ética como um instrumento crítico do status quo; e normativo, ao ser instrumentalizado para aplicação na dimensão política.

A potencialidade de aplicação na questão do processo de formulação de políticas climáticas é pragmática e emergencial, apesar de ainda exigir muito estudo e pesquisa no que tange a inclusão de outras cosmovisões e princípios biogeocêntricos.

A construção de políticas passa, a priori, pela escolha de princípios éticos. No caso das políticas climáticas, o que está em jogo são escolhas éticas, entre a antropocêntrica dominante e a emergente ética climática. Alcançar objetivos pragmáticos, como as do Acordo de Paris, é um desafio planetário que é perpassado por este tipo de escolha ética.

A transformação só é realizada a partir do presente, com decisões no e para o presente com efeitos planejados para gerações futuras, que até o momento estão sendo negligenciadas. Compreender a ontologia do presente e mobilizar uma ética da e para a boa vida com e para o outro e a Natureza é um desafio contemporâneo e emergencial.

Concluo, que outro mundo é possível, porém na perspectiva climática, a dimensão ontológica e ética são essenciais para transições justas e devem ser mobilizadas para formulações dignas de políticas de bem-estar de humanos, da Natureza e da Terra.

## REFERÊNCIAS

ABDENUR, A. E.; KUELE, G.; AMORIM, A. (eds.). **Clima e Segurança na América Latina e Caribe**. Instituto Igarapé; Instituto Clima e Sociedade, 2019.

---

que compõem tais elementos são os horizontes, um deles, o horizonte de intervenção humana. horizonte de descarbonização e horizonte de relevância da intervenção.

ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extratativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. Editora Elefante, 2018.

ATTERIDGE, A.; STRAMBO, C. Seven principles to realize a just transition to a low-carbon economy. **Stockholm Environment Institute Policy Report**, p. 1-20, 2020. Disponível em: <<https://www.sei.org/wp-content/uploads/2020/06/seven-principles-for-a-just-transition.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2021

BAPTISTA, I. M. C. Ética, moral e deontologia. **Cadernos do CCAP**, Lisboa, n. 3, p. 5-16, 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BLANCO-WELLS, G.; GÜNTHER, M. G. De crisis, ecologías y transiciones: reflexiones sobre teoría social latinoamericana frente al cambio ambiental global. **Revista Colombiana de Sociología**, v. 42, n. 1, p. 19-40, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15446/rcs.v42n1.73190>>. Acesso em: 12 mar. 2021

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **On justification**: Economies of worth. Princeton University Press, 2006 [1991].

CAILLÉ, A.; VANDENBERGHE, F. Neo-classical sociology: The prospects of social theory today. **European Journal of Social Theory**, p. 1–18, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177%2F1368431015590290>>. Acesso em: 12 mar. 2021

CE - Comissão do Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. **A Hora da Europa**: Reparar os Danos e Preparar o Futuro para a Próxima Geração. Bruxelas: Comissão Europeia, 2020

CEBALLOS, G.; EHRLICH, P. R.; DIRZO, R. Biological annihilation via the ongoing sixth mass extinction signaled by vertebrate population losses and declines. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 114, n. 30, p. E6089-E6096, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1073/pnas.1704949114> Acesso em 30 mar. 2021.

CHOMSKY, N.; POLLIN, R. **Climate Crisis and the Global Green New Deal**: The Political Economy of Saving the Planet. Londres, Nova Iorque: Verso, 2020.

COSTA, S. The neglected nexus between conviviality and inequality. **Mecila Working Paper Series**, n.17, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/s01013300201900010003>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DI GIULIO, G. M. et al. Bridging the gap between will and action on climate change adaptation in large cities in Brazil. **Regional Environmental Change**, v. 19, n. 8, p. 2491-2502, 2019 Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10113-019-01570-z>>. Acesso em 31 mar. 2021

DOWBOR, L. **O capitalismo se desloca**: novas arquiteturas sociais. São Paulo: SESC, 2020.

ENGAJAMUNDO. Quem somos. Disponível em:

<<https://www.engajamundo.org/sobre/#quem-somos>>. Acesso em: 02 jan. 2021.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations et al. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020**. Roma: FAO, 2020. Disponível em:

<<https://doi.org/10.4060/ca9692en>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

FARAN, T. S.; OLSSON, L. Geoengineering: neither economical, nor ethical — a risk–reward nexus analysis of carbon dioxide removal. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 18, n. 1, p. 63-77, 2018. Disponível em:

<<https://link.springer.com/article/10.1007/s10784-017-9383-8>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

FARMER, J. Technofossil. In: **Future remains: a cabinet of curiosities for the Anthropocene**. Mitman, Gregg; Armiero, Marco; Emmett, Robert S. Chicago, Londres: The University of Chicago Press, 2017.

FLEURY, L. C.; MIGUEL, J. C. H.; TADDEI, R. Mudanças climáticas, ciência e sociedade. **Sociologias**, v. 21, n. 51, p. 18-42, 2019. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/15174522-0215101>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

FLORIT, L. F. From environmental conflicts to socio-environmental ethics: An approach from the traditional communities' perspective. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 52, pp. 261–283, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v52i0.59663>

FORST, R. The justification of basic rights: A discourse-theoretical approach. **Netherlands Journal of Legal Philosophy**, v. 45, n. 3, p. 7-28, 2016. Disponível em:

<<https://doi.org/10.5553/NJLP/221307132016045003002>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

GARDINER, S. M. Climate ethics in a dark and dangerous time. **Ethics**, v. 127, n. 2, p. 430-465, 2017. Disponível em:

<<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/688746?journalCode=et>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed.UNESP, 1991.

GUDYNAS, E. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. Editora Elefante, 2020.

HARAWAY, D. J. **Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene**. Duke University Press, 2016.

INTERNACIONAL CONVIVALISTA. **Segundo Manifesto Convivalista: por um mundo pós-neoliberal**. Rio de Janeiro: Ateliê das Humanidades, 2020.

INVISÍVEL, Comitê. **Aos nossos amigos: crise e insurreição**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. Summary for Policymakers. In: **Global Warming of 1.5°C**. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in

the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty. IPCC, 2018. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/sr15/>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

KANT, I.; QUINTELA, P. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. 2007 [1786].

KOEFOED, L.; NEERGAARD, M. de.; SIMONSEN, K. Cross-cultural Encounters in Urban Festivals: Between Liberation and Domination. **Space and Culture**, p.01–14, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1206331219897036>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

KOTHARI, A. et al. **Pluriverse**. A Post-Development Dictionary. New Dehli: Tulika Books, 2019.

LACROIX, K.; GIFFORD, R. Psychological barriers to energy conservation behavior: The role of worldviews and climate change risk perception. **Environment and Behavior**, v. 50, n. 7, p. 749-780, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0013916517715296>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LEMONS, M. C.; KIRCHHOFF, C. J.; RAMPRASAD, V. Narrowing the climate information usability gap. **Nature Climate Change**, v. 2, n. 11, p. 789-794, 2012. Disponível em: <[http://www.iaii.int/admin/site/sites/default/files/uploads/Lemos-et-al\\_Narrowing-the-climate-Information-Usability-Gap\\_2012.pdf](http://www.iaii.int/admin/site/sites/default/files/uploads/Lemos-et-al_Narrowing-the-climate-Information-Usability-Gap_2012.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2021.

LEZAMA, J. L. **La naturaleza ante la triada divina**: Marx, Durkheim, Weber. Ciudad de México: El Colegio de México, Centro de Estudios Demográficos, Urbanos y Ambientales, 2019.

LOPES, W. E. S. A ética da responsabilidade é um caminho para encarar a crise ecológica e os dilemas de nosso tempo. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos - IHU**, n.540, p.30-40, 2019.

MARTINS, P. H. Pensando heterotopias no contexto pós-colonial: convivialismo, amor e bem comum. **Controversias y Concurrencias Latinoamericanas**, v.10, n.18, p.159-171, 2019. Disponível em: <<http://ojs.sociologia-alas.org/index.php/CyC/article/view/97>> Acesso em: 31 mar. 2021.

MITMAN, G.; ARMIERO, M.; EMMETT, R. (eds). **Future Remains**: a cabinet of curiosities for the anthropocene. Chicago, Londres: University of Chicago Press, 2017.

MOCELIN, D. **Quatro olhares fundadores**. Porto Alegre: CirKula, 2017.

MORTON, T. **Being ecological**. Cambridge: MIT Press, 2018.

OTTO, I. et al. Social tipping dynamics for stabilizing Earth's climate by 2050. **PNAS**, v. 117, n. 5, p. 2354–2365, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1073/pnas.1900577117>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PAYNE, H. Pulling in Both Directions: How States Are Moving Toward Decarbonization While Continuing to Support Fossil Fuels. **Columbia Journal of Environmental Law**, v.45, n.S, p.285-330, 2020. Disponível em: <<https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/d8-sf1h-zr50/download>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

REBELLION, E. **This is not a drill**. Londres: Penguin, 2019.

RICOEUR, P. **Oneself as another**. Chicago e Londres, University of Chicago Press, 1992 [1990].

ROSS, C. The time is now. *In*: **This is not a drill**. REBELLION, Extinction. Londres: Penguin, 2019. p.179-180.

SALMI, F. Pequeno léxico convivialista: instrumento de transformação sociológica. **Revista Contraponto**, v.7, n.1, p. 89-102, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/contraponto/article/view/102390>> Acesso em: 31 mar. 2021.

SALMI, F. A emergente ética climática como instrumento de reordenamento sociopolítico. *In*: **Problemas socioambientais emergentes: contribuições teóricas e práticas**. TEIXEIRA, Rylanneive (org.). São Paulo: Gradus, 2021. No prelo.

SAVATER, F. Coragem para viver, generosidade para conviver e prudência para sobreviver. *In*: **21 ideias do Fronteiras do Pensamento para compreender o mundo**. Shûler, Fernando; Wolf, Eduardo (orgs.). Porto Alegre: Arquipélago, 2017, p.187-193.

SETHI, M. et al. Climate change mitigation in cities: a systematic scoping of case studies. **Environmental Research Letters**, v. 15, n. 9, p. 093008, 2020. Disponível em: <<https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/ab99ff/meta>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SWINBURN, B. et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v.393: p.791–846, 2019. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8)>. Acesso em: 31 mar. 2021.

TEIXEIRA, R. L. P.; PESSOA, Z. S.; DI GIULIO, G. M. Mudanças climáticas e capacidade adaptativa no contexto da cidade do Natal/RN, Brasil. **GEOTemas**, v.10, n.1, p. 95-115, 2020. Disponível em: <<http://natal.uern.br/periodicos/index.php/GEOTemas/article/download/1824/1955>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

**THE GREAT Green Wall**. Direção de Jared P. Scott. Londres: Make Waves, 2019. 1 vídeo (92 min.). Disponível em <<https://www.greatgreenwall.org/film>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

TORRES, P. H. C.; LEONEL, A. L.; ARAÚJO, G. P.; JACOBI, P. R. Is the Brazilian National Climate Change Adaptation Plan Addressing Inequality? Climate and Environmental Justice in a Global South Perspective. **Environmental Justice**, v.00, n.00, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1089/env.2019.0043>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

TREMMELE, J. C.; ROBINSON, K. **Climate ethics**: Environmental justice and climate change. Bloomsbury Publishing, 2014.

THUNBERG, G. After 2 years of school strikes, the world is still in a state of climate crisis denial. [S.l.], 19 ago. 2020. Twitter: @GretaThunberg. Disponível em: <<http://twitter.com/GretaThunberg/status/>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

UDOH, U. P.; ESSIEN, A. U.; ETTEH, D. I. The Importance of Urban Design and Sustainable Urban Transformation in Nigeria. **IOSR Journal Of Humanities And Social Science** (IOSR-JHSS), v. 25, n. 6, p 01-07, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.9790/0837-2506060107>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

UN - United Nations. Department of Economic and Social Affairs Population Dynamics: World Population Prospects 2019. Disponível em: <<https://population.un.org/wpp/Graphs/Probabilistic/POP/TOT/900>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

VANDENBERGHE, F. Sociology as Practical Philosophy and Moral Science. **Theory, Culture & Society**, v.35, n.3, p. 77–97, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0263276417709343>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

\*\*\*